

A GESTÃO DE ESCOLA TÉCNICA E PERCURSOS DE FORMAÇÃO – O OLHAR DOS ALUNOS

Ângela Maria Martins – FCC

ange.martins@uol.com.br

Sandra Faria Fernandes

ff.sandra@uol.com.br

Resumo: Este texto discute a visão de alunos sobre a gestão da escola técnica, os professores e a formação obtida, com base no conjunto legal da área e em dados obtidos durante e após sua frequência a um curso de Nutrição e Dietética. Estes aprovam a gestão da escola e o curso escolhido, mas reivindicam políticas públicas de geração de emprego e renda que, aliadas à formação obtida, possibilitem a conquista de emprego com carteira assinada.

Palavras-chave: gestão de escola técnica; percursos de formação; políticas educacionais

Notas metodológicas

Este artigo é parte integrante de estudo maior, financiado pela FAPESPⁱ. Analisou-se, primeiramente, o conjunto legal e normativo que regulamenta as políticas para a área, bem como as características que configuram, no mundo atual, a inserção (ou não) dos jovens no mercado de trabalho. Em seguida, foram entrevistados os alunos da ETEC Escolástica Rosa, subordinada ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza/CEETEPS, localizada na baixada santista.

A pesquisa iniciou-se por meio de entrevista com o diretor da escola que colocou três turmas à disposição para realização da caracterização de seu perfil sócio-econômico: metalurgia (27 questionários aplicados); nutrição/noturno (25 questionários aplicados); segurança do trabalho/diurno (30 questionários aplicados), num total de 82 alunos. Portanto, a abordagem dos alunos ficou dividida em duas etapas: uma primeira, orientada pelo processamento e tabulação dos 82 questionários e a segunda, com a escolha de 13 alunos para realização de entrevistas de aprofundamento. Das 13 entrevistas de aprofundamento realizadas, foram acompanhados como egressos, para este estudo em particular, apenas três deles.

Com base na primeira sistematização dos dados obtidos com as respostas dos questionários, optou-se pelo curso de Nutrição e Dietética para realização do acompanhamento, um dos mais procurados pela comunidade. Outro motivo que levou à escolha desse curso foi a observação de que os alunos não estavam direcionados, até o momento da pesquisa, a nenhuma grande empresa empregadora da região. No curso de Metalurgia, após análise das respostas, observou-se que grande parte está empregada ou pretende trabalhar em empresas do pólo siderúrgico da cidade de Cubatãoⁱⁱ. Dessa forma, o curso de Nutrição e Dietética era o que mais se aproximava dos objetivos propostos, tendo em vista que a maior parte dos alunos ainda estava em busca de inserção profissional. As

entrevistas foram feitas separadamente com cada um dos alunos, em dias diferentes, para que eles pudessem se expressar livremente. É importante lembrar que um dos critérios de escolha recaiu sobre aqueles que manifestaram interesse, nos encontros anteriores, em participar do estudo mencionado.

Dentro de uma estrutura aberta, as entrevistas ocorreram em dois momentos: quando estavam no último semestre (terceiro termo); o segundo, quando já haviam concluído o curso há mais de seis meses, portanto, com o distanciamento necessário e diante da possibilidade de já terem ingressado ou não no mercado de trabalho, na área escolhida. O estudo foi norteado pelas seguintes questões: o percurso de escolarização; a construção de expectativas em relação à profissão; o término da educação básica e a busca do curso técnico, momento de identificação (ou não) com uma profissão; os questionamentos ao longo do curso, as mudanças em razão de fatores socioeconômicos na vida profissional; as condições de vida e da trajetória escolar que permitiram (ou não) dar seqüência às expectativas iniciais (momento de investimento ou de recuo); os motivos da opção pela escola, suas opiniões sobre a equipe de gestão e os professores; o que esperam do curso e como vêem o mercado de trabalho no presente.

A ETEC Dona Escolástica Rosa: um breve painel

Tendo em vista a importância do Instituto Dona Escolástica Rosa para a cidade de Santos e principalmente por sua história estar intrinsecamente relacionada à história da Educação Profissional no Brasil é relevante que se delineiem algumas considerações sobre sua constituição. Esta escola - uma das primeiras unidades profissionalizantes no Brasil - foi idealizada por João Octávio dos Santos, filho natural da escrava Dona Escolástica Rosa e, supostamente, do Conselheiro João Octávio Nébias. Atualmente, oferece os cursos de Administração, Metalurgia, Nutrição e Dietética e Segurança do Trabalho. Foi inaugurada em primeiro de janeiro de 1908, por idealização de João Octávio dos Santos (*08/03/1830 – †09/07/1900), mulato, filho natural da escrava Dona Escolástica Rosa e supostamente do Conselheiro João Octávio Nébiasⁱⁱⁱ, tendo sido batizado pelo Conselheiro e sua esposa Dona Emerenciana Nébias, responsáveis por sua formação. Superando o preconceito que seu nascimento e sua condição de mestiço lhe impusera, João Octávio, um autodidata, trabalhou inicialmente em escrituração de firmas, depois se tornou comerciante, atuando na exportação de bananas. Enriqueceu amealhando considerável patrimônio, que, por ocasião de sua morte, foi destinado à construção e manutenção do Instituto por ele idealizado. Barbosa (2003, s/p) analisa o teor de seu testamento, documento que se transformou em rica fonte de pesquisa. Nele podemos ressaltar a objetividade e prudência que embasou sua trajetória de vida:

...sendo minha vontade perpétua a memória de minha falecida Mãe, é minha expressa vontade criar, como de facto crio um Instituto destinado à educação intellectual e profissional de meninos pobres (...) é minha expressa vontade legar, como lego à Santa Casa de Misericórdia desta cidade todos os meus bens, direitos e acções constitutivos de meu patrimônio para serem especialmente applicados à erecção do Instituto D. Escholástica Rosa, que ora deixo creado, sua decente installação, seu custeio e sua manutenção perpétua.

Mostrando ter um espírito além de seu tempo, passou a descrever em seu testamento como deveria ser o funcionamento da escola:

A direcção interna será exercida por um Director, que residirá no próprio Instituto, com uma família, de nomeação do Provedor da Santa Casa de Misericórdia desta cidade. O Instituto deve ter tantos professores e mestres de officinas, quantos forem necessários para o seu bom funcionamento. (BARBOSA, 2003)

Previa que alguns professores residissem no Instituto, mas aqueles que lecionavam música e artes teriam que residir fora da entidade. Ao que tudo indica João Octávio já demonstrava ter conhecimento de que essas áreas precisam de horizonte e liberdade para se manifestar. Estipulava que os alunos deveriam ser tratados com desvelo e carinho, contando com boa alimentação, roupas, calçados, médicos e remédios quando necessários. Proibia castigos físicos aos alunos e prêmios aos que se destacassem pelo bom comportamento, aplicação e aproveitamento. Estipulava um enxoval para cada aluno, com uniformes de gala e de uso diário. Determinava que alguns funcionários, professores e o diretor residissem no local, cabendo a este último a tarefa de fazer todas as refeições com os internos, comendo da mesma comida e ensinando-lhes bons modos à mesa, em substituição à figura paterna. Deixou 74 imóveis para que os aluguéis garantissem a manutenção da escola (BARBOSA, 2003).

João Octávio também deixou claro em seu testamento as regras para admissão no Instituto, tais como: ser órfão ou filho de pais pobres; sendo filho natural, a mãe deveria provar que não tinha recursos e a criança vivia em sua companhia; o matriculado não poderia ser menor de 9 anos e nem maior de 14; não poderia sofrer de moléstia contagiosa, devendo ser logo vacinado, se ainda não tivesse sido. Prevendo a permanência no Instituto por 4 anos, podia este prazo estender-se caso o aluno não conseguisse habilitar-se e tivesse boa conduta e manifestasse vocação escolar ou artística. Apresentando um notável espírito de educador apontou como deveriam ser o currículo e a matriz curricular, que o curso contemplaria, determinando a oferta em quatro séries: a primeira compreenderia o “ensino de leitura e calligraphia”; a segunda a de “leitura corrente, calligraphia e primeiras noções de cálculo”; a terceira o de “analyse elementar, operações sobre números inteiros, noções de fracções ordinárias e decimaes e noções de cousas”; a quarta, finalmente, “compreenderá, analyse grammatical e lógica, operações sobre fracções, systema métrico decimal,

proporções”, não foram esquecidas as “noções geraes de geographia, geographia do Brasil em particular, noções de cousas, educação, educação cívica e catechismo”. A aula de música seria freqüentada pelos “alumnos que mostrarem-se com vocação para ella, devendo a banda ser constituída de 30 figuras, pelo menos” (BARBOSA, 2003).

Pode-se notar a preocupação de João Octávio com a aptidão ou vocação do aluno que pretendia formar, e demonstrando grande avanço, previa a transparência e a provável avaliação externa “... estes exames serão públicos e previamente anunciados pela imprensa” (ibid.).

Pioneiro no comércio exportador de fumo e bananas para a Argentina e importador de trigo, João Octávio atuou no Partido Liberal, além de participar da Câmara Municipal, durante o período do Império, tendo se afastado da política com a Proclamação da República. Foi por mais de vinte anos provedor da Santa Casa de Misericórdia, à qual legou a maior parte de seus bens, tendo nomeado a instituição como mantenedora do Instituto que viria a ser construído, para que este pudesse manter-se sem as benesses do Estado (BARBOSA, 2003).

À época, os empresários da indústria têxtil recrutavam sua mão-de-obra não especializada nos orfanatos, nos juizados de menores, nas casas de caridade e entre os desempregados das cidades do litoral. Ao se utilizarem dessas fontes de mão-de-obra, os proprietários das fábricas asseguravam o desenvolvimento de um segmento industrial da economia brasileira, convertendo-se ao mesmo tempo, em benfeitores e filantropos (STEIN, 1979).

O objetivo dessa instituição foi o de abrigar meninos pobres, preferencialmente os órfãos da cidade de Santos. A construção da escola ficou a cargo de seu testamenteiro, o engenheiro Júlio Conceição, que contratou o escritório de Ramos de Azevedo para projetar e executar as obras do Instituto. O projeto definido compreendia três corpos que permitiam a circulação de ar e eram compostos por seis pavilhões independentes, com dois pavimentos, interligados através do pavimento térreo por passadiços cobertos. No centro havia dois blocos. O da frente foi ocupado pela administração e pelo auditório e o do fundo pela enfermaria e serviços. Nos outros pavimentos térreos funcionavam as oficinas, e no superior os dormitórios. Atrás do prédio principal havia a residência do diretor e dos empregados. A escola localizava-se entre os canais cinco e seis, na chácara Ramal da Ponta da Praia de propriedade de João Octávio dos Santos. Parte do terreno era alagada e ficava sobre o leito canalizado de um rio; sofria o avanço das marés que mantinham a área encharcada, agravada pela existência de uma lagoa. Esse espaço constituiu-se no último reduto da Barra a ser incorporado pelas elites Santistas (GOMES, 2001).

O Instituto ficou sob a administração da Santa Casa até 1931, época em que foi assinado um convênio com o governo do Estado, por um período de 50 anos. Por volta de 1980, o internato foi fechado e o Estado firmou com o hospital, mantenedor da escola, um contrato de locação. A escola

foi transferida para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS pelo Decreto n. 48.456 de 20/01/2004 do governo do Estado de São Paulo. O espaço escolar é imponente, pois o prédio, com cem anos de existência, é tombado pelo patrimônio histórico. Muitas disputas ocorreram na tentativa de modificar seu objetivo^{iv} de ser uma escola de educação profissional gratuita, tendo em vista a vontade de seu idealizador expressa em testamento, considerado obra-prima na área jurídica.

Reportando-se a esses registros históricos, Martins (2007), ao analisar a gestão atual da escola, assinala que apesar da arquitetura imponente e os móveis pertencentes ao século passado, a porta se mantém sempre aberta não só para o pessoal administrativo, mas também para professores e alunos. O diretor é constantemente interrompido por alunos e professores que o procuram para discutir os mais diversos assuntos: reunião, concurso e o planejamento de uma semana de discussão sobre atividades extra-curriculares, conforme discutiremos adiante.

O conjunto legal e normativo para a área: breves considerações

No Brasil, a educação profissional recebeu um capítulo especial na LDBE n. 9.394/96, que a define como “integrada às outras formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia”, com o fim de conduzir “ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”, passando a ser desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação em nível superior” Esta forma de organização do ensino médio e profissional vem criando novas práticas no interior da escola no sentido de atender ao perfil educacional atribuído ao ensino médio e profissional por meio do texto legal. Contudo, em defesa da educação profissional ocorreram práticas que enxugam currículos com a finalidade de obter uma preparação mais específica, que assegure uma inserção mais rápida no mercado de trabalho, em que as disciplinas de cultura geral são substituídas pelas de preparação específica. Pode-se constatar tal prática principalmente nas escolas da rede particular de ensino, que atualmente abrange 71,2% das escolas que oferecem educação profissional, frente aos sistemas estaduais, federais e municipais com, respectivamente, 19,9%, 4,7% e 4,2%, onde uma profusão de cursos compactos e cada vez mais condensados vêm sendo implantada (BRASIL, 2006).

Atualmente, a educação profissional está atendendo ao contido no Decreto n. 5.154/04, que dispõe sobre a formação inicial e continuada de trabalhadores, educação técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (art. 1º). A organização da educação profissional, nesse decreto, será feita por áreas profissionais, obedecendo à estrutura

sociocupacional e tecnológica, bem como será realizada uma articulação de esforços das áreas de educação, do trabalho e emprego, da ciência e da tecnologia (art. 2º). Os cursos e os programas previstos nessa legislação obedecerão a itinerários formativos, tendo como objetivo o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social, podendo esse itinerário estar articulado com a formação de jovens e adultos (art. 3º), ainda que a educação profissional técnica de nível médio seja desenvolvida de forma articulada com o ensino médio (art. 4º) (BRASIL, 2004a).

Tendo em vista a especificidade imposta pela legislação para a educação profissional, aliada ao contexto político e econômico do país, a atual gestão criou a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica por meio do Decreto n. 5.159/04, que passou a gerir a educação profissional, ficando o ensino médio ligado à Secretaria de Educação Básica (BRASIL, 2004b). O Decreto n. 5.154/04 não trouxe alteração significativa. Em seu discurso, afirma não ser um modelo rígido e impositivo a todas as escolas; no entanto, ao estabelecer que todas as experiências educativas na área da educação profissional continuam aceitas, em nada difere do Decreto n. 2.208/97. No tocante à modularização, repete as mesmas falhas do Decreto anterior, mantendo esta forma de ensino nas certificações intermediárias e expandindo-as também para o nível tecnológico.

Enfim, repete, de certa forma, o que os segmentos articulados da sociedade repudiaram no Decreto n. 2.208/97, embora se perceba um avanço na preocupação de um itinerário formativo nos cursos de qualificação básica. Tal Decreto, ao mesmo tempo em que cria nova perspectiva para a volta do ensino médio e técnico integrados numa só matrícula, preconiza que todas as escolas de nível médio do país poderão optar por oferecer o ensino técnico de nível médio, bastando para tanto ampliar a carga horária total do curso, a fim de assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas. A educação tecnológica, tanto de nível médio como superior, é bem mais complexa. Há toda uma orientação dos currículos para integrar os conhecimentos básicos, as bases científicas, tecnológicas, culturais e humanísticas (BRASIL 2004a).

As escolas técnicas e as faculdades de tecnologia, em parceria com os institutos de pesquisa e com as universidades públicas, constituem um importante instrumento para o desenvolvimento do país. Porém, a proposta de modularização, as saídas intermediárias, os cursos aligeirados e currículos voltados para as necessidades imediatas do mercado podem impedir o desenvolvimento da pesquisa nas instituições de ensino tecnológico. Com as reformas, essas instituições, tais como o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, embora mantendo a forma integrada com o ensino médio conforme determina o Decreto n. 5.154/04, oferece a maioria de seus cursos técnicos separados dessa modalidade, recebendo alunos mais interessados nos cursos profissionalizantes ofertados.

Ainda no âmbito da política de expansão da educação profissional, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, abrange cursos que proporcionam formação profissional com escolarização para jovens e adultos. Os cursos oferecidos são: educação profissional técnica de nível médio com ensino médio, destinada a quem já concluiu o ensino fundamental e ainda não possui o ensino médio e pretende adquirir o título de técnico; formação inicial e continuada com o ensino médio, destinada a quem já concluiu o ensino fundamental e ainda não possui o ensino médio e pretende adquirir uma formação profissional mais rápida; formação inicial e continuada com ensino fundamental (5ª a 8ª série ou 6º a 9º ano), para aqueles que já concluíram a primeira fase do ensino fundamental. Dependendo da necessidade regional de formação profissional, são também admitidos cursos de formação inicial e continuada com o ensino médio. Os cursos podem ser oferecidos de forma integrada ou concomitante. A forma integrada é aquela em que a formação profissional e a formação geral são unificadas. Na forma concomitante, o curso é oferecido em instituições distintas, a idade mínima para acessar os cursos do Proeja é de 18 anos e não há limite máximo.

O Ministério da Educação, por meio da articulação da Secretaria de Educação a Distância e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, dispõe, ainda, sobre o Programa Escola Técnica Aberta do Brasil. A iniciativa constitui-se em uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, apresentando-se como um passo à frente na tentativa de democratização do acesso ao ensino técnico público, por meio da modalidade de educação à distância, com a finalidade de levar cursos técnicos a regiões distantes das instituições de ensino técnico e à periferia das grandes cidades brasileiras, incentivando os jovens a concluírem o ensino médio (BRASIL, 2007). Não se trata de analisar os programas destinados à educação de jovens e adultos e às políticas de formação, mas convém citá-los no sentido de esclarecer as medidas que estão sendo tomadas pelo atual governo para a expansão da educação profissional.

Entendemos como Bueno (2005, p.140), ser “a morosidade das discussões” um dos entraves existentes nas propostas de políticas públicas para a área que “retarda ações objetivas conscientes”. Nesse sentido, a educação profissional de nível médio, “por força das contingências de um contexto socioeconômico historicamente caracterizado por enormes disparidades [...], integra-se, hoje, com um nível de ensino cujas contradições e indefinições ainda não foram superadas”.

Características da inserção escolar, social e profissional de jovens em um contexto de crise do mercado de trabalho

O trabalho dos jovens é um tema que tem adquirido maior importância nas sociedades latino-americanas, tanto pela contribuição que eles podem dar ao crescimento econômico por que passa a região como pelas altas taxas de desemprego juvenil que existem, mesmo em países desenvolvidos economicamente. Um relatório que aborda o emprego juvenil na América Latina e Caribe foi preparado como parte do processo iniciado com a apresentação da Agenda Hemisférica durante a reunião regional da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em 2006. Os países participantes concordaram em lançar a “Década de Trabalho Decente”, que define como prioridade o emprego de jovens: “definiu-se como objetivo central, em relação à juventude, promover sua maior formação e melhor inserção no mercado de trabalho” (ORGANIZAÇÃO..., 2007, p. 11).

A maioria dos estudos a respeito de juventude e emprego, na região, aponta que os índices de desemprego entre os jovens são maiores que os dos adultos: cerca de 10 milhões deles estão desempregados na América Latina e Caribe, atingindo a 17%, enquanto o índice dos adultos é de 6%, o que equivale a 16% da força de trabalho entre 15 e 24 anos, nível três vezes superior ao dos adultos, destacou o referido relatório. O documento menciona, ainda, que cerca de 30 milhões de jovens estão empregados na economia informal em que predominam as más condições de trabalho, e cerca de 22 milhões de jovens não estudam nem trabalham, frequentemente em razão da falta de oportunidades ou de frustrações seguidas, o que poderia colocá-los em situação de risco social.

Dos 106 milhões de jovens na América Latina e no Caribe, em 2005, 58 milhões fazem parte da força de trabalho; desses, 10 milhões estão desempregados e 30 milhões trabalham na economia informal. Os outros 48 milhões estão inativos, isto é, não têm e nem buscam emprego, com frequência, porque ainda estudam. Estima-se que 22 milhões de jovens não estudam nem trabalham, ou seja, não fazem nada neste momento. Esse número inclui 6 milhões de desempregados que tampouco estudam ainda que busquem ativamente um emprego. Além disso, abrange outros 16 milhões de jovens que não estudam nem buscam trabalho. Desses 22 milhões de jovens, 81% vivem nas cidades e 72% são mulheres. Do total da população de jovens, cerca de 49 milhões estudam. Destes, 13 milhões estudam e trabalham; 4 milhões estudam e buscam, mas não conseguem, trabalho; e 32 milhões somente estudam e não buscam trabalho. O relatório aponta que esse é o maior número de jovens que já houve na região, e a previsão é que a população dessa idade continuará crescendo até 2015 (ORGANIZAÇÃO..., 2007).

São dois os desafios assinalados para desenvolver trajetórias de trabalhos bem sucedidas: o primeiro diz respeito à falta de alternativa econômica que leva os jovens a trabalhar em subempregos, que, embora remunerados, não garantem os direitos estabelecidos por lei, pois a maioria não possui registro em carteira. O segundo desafio é a magnitude somada à heterogeneidade dos 30 milhões de jovens que trabalham nessas atividades precárias e os 22

milhões que não estudam nem trabalham, fato esse que na formulação de políticas públicas demanda alta qualidade nas intervenções e ampla cobertura (ibid.).

Para a solução do problema em relação à Educação Básica, são apresentadas algumas metas que necessitam ser cumpridas em curto prazo:

É preciso melhorar e ampliar a infra-estrutura na maioria dos países latino-americanos; e, ao mesmo tempo, a qualidade da docência, descentralizar a tomada de decisões, renovar o currículo e facilitar uma educação flexível, que permita aos estudantes seguir aprendendo ao começar a trabalhar. A qualidade da educação dos jovens é atualmente inadequada para o contexto que demanda qualificações mais elevadas. Se ela não melhorar a taxa de incremento anual da produtividade da economia dificilmente se acelerará. (ibid., p.33)

Quanto à educação profissional, o relatório da OIT coloca que na América Latina os sistemas de formação profissional foram elaborados com a finalidade de atender a quem não tem acesso à educação superior ou para quem não concluiu o ensino médio e procura garantir a melhor transição possível entre a escola e o emprego. As soluções apontadas são traduzidas de várias formas que vão das tradicionais autorizações de operações utilizadas pelo Ministério da Educação e Trabalho às medidas de mensuração da qualidade do trabalho formativo. Aponta-se ainda a necessidade de se tomarem medidas que contemplem a importância de políticas orientadas à demanda, que reduzam a evasão escolar e ampliem as oportunidades de acesso para aqueles com menos recursos.

É até compreensível que a educação profissional se volte para as necessidades dos diferentes setores da economia, tendo em vista que a ela cabe capacitar trabalhadores para esse setor; no entanto concordamos com Ferretti (2005, p.173), no tocante à extensiva importância dada à finalidade dessa educação para o ensino médio, e que devemos “acompanhar com atenção a possível investida dos interesses produtivos sobre o ensino médio, colocando não apenas a educação profissional, mas todo o ensino de segundo grau a seu serviço”. Acreditamos que a formação profissional deva ser vista como algo bem maior que uma formação orientada para a demanda, que, se voltada somente para este fim, estaria minimizando o papel da educação profissional. Na realidade, ela precisa ser muito mais do que uma maneira rápida e conveniente de inserir os jovens no mercado de trabalho, objetivando a formação integral do jovem com vistas a contribuir para a descoberta de novas tecnologias e melhores formas de produção para o mercado. O pêndulo da formação profissional, segundo Castro (2004), oscilou de uma visão estreita do passado, baseada na oferta, para a direção oposta em que os economistas, fundamentados em custos de mercado, esqueceram-se de observar o que realmente acontece nos Centros de Formação Profissional, seu

funcionamento, seu currículo e tantas outras questões importantes, para se obter não somente uma formação, mas uma educação profissional.

Para Franco (2005, p.100), “vivemos em um tempo onde o abandono da certeza não é apenas a abertura necessária ao avanço do conhecimento e ao progresso humano, matriz do pensamento que marca a modernidade”. A autora acrescenta, ainda: “oscilamos em um mundo onde cresce o conhecimento e a capacidade de produzir riquezas, mas onde aumenta a incerteza sobre a própria sobrevivência do ser humano”. Seu argumento encontra-se provavelmente ancorado no panorama atual em que, além dos problemas ecológicos, milhares de pessoas enfrentam e muitas vezes sucumbem diante das incertezas do acesso aos meios básicos de sobrevivência: a alimentação, a habitação, o trabalho, a saúde, a proteção, a educação. A autora aponta como objetivo principal, em estudo comparativo sobre formação profissional e trabalho, realizado entre o Brasil, México e Itália, pensar em uma formação profissional que possa enfrentar um mundo onde cresce o desemprego e no qual as situações de trabalho são cada vez mais incertas. Para Martins (2005, p.112), analisar as relações entre o mundo do trabalho e a educação tem sido objeto de estudo de inúmeros trabalhos, mas acredita que:

frente o caráter mutável do mundo do trabalho, acelerado pelas mudanças tecnológicas pós-Revolução Industrial, torna-se difícil acreditar que qualquer proposta de reforma, no âmbito das políticas públicas, *de per si*, diminua o descompasso existente entre o mundo do trabalho e a educação ou consiga dissolver o campo de tensão constituído nessa híbrida confluência.

Atualmente, no Brasil, encontramos quase 70% da população tendo uma relação precária com o mercado de trabalho. Em estudo realizado, Pochmann (2007a) constatou que o Brasil tem a segunda maior população de desempregados do mundo – 11.454 milhões de pessoas –, ficando atrás apenas da Índia que tem 41.344 milhões.

A reordenação no mundo do trabalho, ocorrida no Brasil com a introdução de novas tecnologias e novas formas de gestão, contribuiu para agravar o alto índice de precarização nas relações de trabalho e de desigualdade social, elevando os índices de empregos informais e de desemprego. Inúmeros autores defendem a histórica necessidade da proposta de flexibilidade do trabalho, entendida como o conjunto de processos e de medidas que visam a alterar as regulamentações do mercado de trabalho e as relações de trabalho, com a finalidade de torná-lo mais aberto às inovações, contrapondo-se, dessa forma, à forte tradição de controle legal nas relações laborais do emprego.

Nesse sentido, o trabalhador passa a ter vínculos com outros modelos contratuais, diferentes do modelo assalariado, em que possui contrato de trabalho por tempo indeterminado, jornada de

trabalho plena, emprego de longa permanência numa mesma empresa e cobertura de todas as proteções previstas no país (HOLZMANN, PICCININI, 2006).

É importante salientar ainda que, diferentemente dos países avançados, o mercado de trabalho no Brasil não se constituiu, como coloca Franzoi (2006, p. 37), em um pilar de direitos, visto que, além do setor público, poucos foram os setores, exceto o bancário e o metalúrgico, que conheceram um conjunto de direitos ligados ao trabalho. A autora aponta ainda que no Brasil, onde o sistema de proteção social se apresenta pouco estruturado, não se permite falar de uma “sociedade salarial” (CASTEL, 1998) nos moldes dos países centrais, mas é possível dizer que: “o grau de precarização do trabalho também fez ruir os pequenos nichos de direitos dos trabalhadores e com eles a esperança de dias melhores como representação social”. Acreditamos que no Brasil as inserções atípicas no trabalho assalariado não representam uma novidade, levando em conta o caráter incompleto das relações construídas em torno do trabalho, o que torna ainda mais difícil a reordenação dessas relações, causando riscos sociais graves, como o elevado índice de desemprego e a precarização do trabalho, processo que coloca o indivíduo em condição de provisoriedade uma vez que o trabalho assalariado, visto como o grande integrador, leva junto “a crença de que o amanhã será melhor que o hoje e de que se pode confiar no futuro para melhorar sua condição” (CASTEL, 1998, p. 498).

Essa condição de provisoriedade, aliada ao fenômeno do desemprego, acarreta mudanças nas trajetórias profissionais dos indivíduos, que se tornam erráticas e descontínuas. Aliado a esse processo, a articulação entre os campos de educação, de inserção no mercado de trabalho, e de sua regulação modificam o conceito de profissão, como afirma Sainsaulieu (2001, p. 68): “neste contexto, a experiência identitária do trabalho, parece reduzida a uma mágoa (...) não se perguntaria mais: ‘o que você faz na vida?’, e sim ‘o que faz de sua vida?’”. Portanto, não é possível negar a gravidade da situação atual do jovem, as barreiras de acesso ao primeiro emprego precisam ser rompidas, pois elas representam situação decisiva na trajetória futura do jovem frente ao mercado de trabalho. Sabe-se que, quanto melhores forem as condições de acesso ao primeiro emprego, proporcionalmente mais favorável poderá ser a evolução profissional da juventude.

Segundo Pochmann (2004), o primeiro emprego representava a possibilidade de o jovem constituir a sua trajetória profissional durante sua vida útil. Nos dias de hoje, isso não ocorre dessa forma; em primeiro lugar, porque as ofertas de trabalho são escassas, muitas vezes temporárias e em diferentes situações, que dificultam a construção de uma carreira ocupacional. Sem a existência de uma ocupação estável, o jovem não consegue sair da condição de desemprego interrompido temporariamente por “bicos” e quebra-galhos para conseguir alguma renda. Em segundo lugar, porque as ocupações, que muitas vezes eram a primeira porta de ingresso no mercado de trabalho,

passaram a ser objeto de concorrência entre trabalhadores adultos, em razão do elevado excedente de mão-de-obra, buscando qualquer vaga, inclusive as anteriormente ocupadas por jovens. Nessa condição, o empregador pode contratar adultos mais preparados, pagando salários mais baixos. Acreditamos que para minimizar essa situação será necessária a criação de postos de trabalho em maior quantidade e com qualidade, o que só deverá ocorrer por meio do crescimento econômico.

No caso brasileiro, nos defrontamos com o processo de geração de grande excedente de mão-de-obra, especialmente entre os jovens na faixa etária de 15 a 24 anos. O desemprego, segundo Pochmann (2007b), para quem está nessa faixa de idade teve uma variação de 107,2%, no período entre 1995 e 2005. Cada vez mais, os jovens estão à procura de emprego e passam a fazer parte do mercado de trabalho, seja como ocupados ou desocupados; o estudo mostra que eles estão mais voltados ao emprego do que à educação. Em 2005, após levantamento, Pochmann (2007a) constatou que dois em cada três jovens são ativos no mercado de trabalho, e que, apesar do desemprego juvenil ser visto como algo negativo, quanto mais tarde o jovem ingressar no mercado de trabalho maiores são as chances de ele se dar bem em sua trajetória profissional.

Em 2001, a Diretoria de Estatísticas da Educação Básica (BRASIL, 2006), responsável pela coordenação do Censo Escolar, incluiu no seu instrumento de coleta, campos para o registro de informações sobre instituições, cursos, matrículas, concluintes e funções docentes da educação profissional técnica de nível médio. Os números que foram levantados revelaram a expressiva expansão da educação profissional técnica de nível médio no Brasil, com crescimento de, aproximadamente, 26,9% para o período de 2003–2005, totalizando, em 2005, 749 mil alunos, distribuídos em 20 áreas profissionais, em 3.294 escolas (ibid.).

Nas conclusões apresentadas, observam-se mudanças no perfil dos alunos desses cursos. Dentre elas, o crescimento do número de alunos do sexo feminino que ultrapassou, em 2004, o quantitativo de matrículas do sexo masculino e o crescimento de matrículas nas faixas etárias acima de 25 anos. Ressaltam que dado ao peso da área da saúde, variando em torno de 30% do total de matrículas da educação profissional, muitas das transformações registradas estão mais relacionadas ao comportamento da referida área, que nem sempre configuram uma tendência geral (ibid.).

Dentre os resultados apresentados, observa-se que quando se trata da distribuição das matrículas, segundo as formas de articulação com o ensino médio, 55,6% dos alunos de 2005 (416 mil), possuem o ensino médio concluído, pois se encontram na forma subsequente que é oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio, o que evidencia um retorno dos alunos às instituições de ensino médio para uma habilitação profissional nesse nível de ensino, quando poderiam pleitear uma formação de nível superior (ibid.).

Em 2003, existiam no Brasil 2.789 escolas de educação profissional de nível médio, com aproximadamente 589,3 mil alunos. Em 2005, essa modalidade de ensino foi ofertada em 3.294 escolas e abrangeu cerca de 747 mil alunos. No período de 2003/2005, houve um aumento de 505 estabelecimentos que oferecem essa modalidade de ensino e conseqüente aumento no número de alunos matriculados – aproximadamente 158 mil (ibid.). De modo geral, os dados evidenciam a expansão da educação profissional técnica de nível médio no Brasil e contribuem para avaliar sua importância na reorganização proposta pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n. 9.394/96).

Em resumo, a educação profissional e tecnológica, segundo Ruiz (2004), vem se tornando elemento estratégico para a inserção dos jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea. Argumenta que suas dimensões, tanto em termos conceituais como práticos, são amplas e complexas, não se restringindo a uma compreensão linear, “que apenas treina o cidadão para a empregabilidade, e nem a uma visão reducionista, que objetiva simplesmente preparar o trabalhador para executar tarefas instrumentais”. O autor assinala que a educação profissional deva ser concebida como um processo de construção social que tenha duplo papel, o de qualificar o cidadão e o de educá-lo com bases científicas e ético-políticas. Na seqüência, aponta que será necessário desenvolver novas formas de relacionamento entre conhecimento, produção e sociedade, com vistas à construção de um novo princípio educativo que procure superar a separação entre funções intelectuais e técnicas, no sentido de estruturar uma formação que unifique ciência, tecnologia e trabalho.

O cenário paulista: um breve histórico

No Estado de São Paulo, quando Roberto Costa de Abreu Sodré assumiu o governo em 1967, surgiu a idéia de criar um Centro Estadual destinado a oferecer Educação Tecnológica. As primeiras reuniões do Conselho Estadual de Educação para a criação da instituição haviam acontecido em 1963, na esteira da necessidade de ofertar formação profissional para atender à demanda crescente do processo de expansão industrial. O Centro Paula Souza iniciou suas atividades em 6 de outubro de 1969, quando o governador Abreu Sodré assinou o Decreto-Lei que criou a entidade autárquica destinada a articular, realizar e desenvolver a educação tecnológica nos graus de ensino Médio e Superior.

O Centro que havia sido criado como entidade autárquica com sede na capital do Estado - investido de personalidade jurídica, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar na forma da legislação de ensino do país - foi transformado, posteriormente,

em autarquia de regime especial, associada à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, por intermédio da Lei n. 952, de 30 de janeiro de 1976 do Governo do Estado de São Paulo.

O Decreto n. 16.309, de 04/12/80 do Governo do Estado de São Paulo, integrou à instituição seis unidades escolares que ofereciam o ensino técnico; em 1982, foram incorporadas mais seis escolas e, em 1989, mais duas, totalizando quatorze unidades escolares. O Decreto n. 37.735, de 27/10/93 do Governo do Estado de São Paulo, autorizou a transferência de oitenta e duas Escolas Técnicas Estaduais (industriais, agrícolas e de serviços) pertencentes à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, que passou a ser o órgão responsável pela formação profissional pública nos níveis básicos, técnico, superior tecnológico e de pós-graduação, como autarquia de regime especial do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento.

A Resolução conjunta SE/SCTDET-2 de 19/11/2003, no seu artigo 1º, determinou que a coordenação pedagógica e administrativa dos cursos de Educação Profissional de Nível Técnico mantidos pelas escolas estaduais jurisdicionadas à Secretaria de Estado da Educação, ficasse sob a responsabilidade do CEETEPS a partir de 2004, transformando-a em única instituição estadual que oferece o ensino técnico.

Em 2008, o centro possuía 157 Escolas Técnicas (ETCs), que atendem 123 mil alunos e 47 Faculdades de Tecnologia (FATECs), distribuídos em 127 municípios. Acrescente-se que, pela natureza dos cursos oferecidos, quase sempre os únicos na região, a abrangência de cada unidade de ensino ultrapassa os limites do município em que se encontra instalada, atingindo outros próximos, o que acaba transformando a escola técnica estadual em pólo de atendimento regional. Desenvolve o Ensino Fundamental, na modalidade EJA; o Ensino Médio, nas modalidades regular e EJA; o Ensino Profissional Integrado ao Ensino Médio – Proeja; e oitenta e três Habilitações Profissionais Técnicas de Nível Médio para os setores industrial, agropecuário e de serviços. Oferece, ainda, a formação inicial e continuada a trabalhadores dos mesmos setores. Como atividade suplementar o CEETEPS mantém classes descentralizadas em convênio com Prefeituras Municipais e empresas privadas.

O último ano com matrícula inicial no ensino integrado foi em 1997, quando os cursos ofereciam o ensino médio e a educação profissional ao mesmo tempo, ou seja, a matriz curricular contemplava as disciplinas de formação geral e de educação profissional. O final do ensino integrado com formação ocorreu em 2000; no segundo semestre desse ano foram formadas as últimas turmas. A partir do primeiro semestre de 1998, os alunos passaram a ter a opção de matricular-se, independentemente, no ensino médio ou no ensino técnico, ou em ambos.

Martins (2008) assinala que as características do CEETEPS são semelhantes às da Secretaria de Educação, tendo em vista sua estrutura e funcionamento. Pode-se afirmar que é uma organização centralizada, calcada nos moldes burocráticos de sua origem, centrada em processos de planejamento e tomadas de decisão, visando a cumprir objetivos e metas que promovam o consenso institucional. Nesse sentido, é de fundamental importância tentar compreender o olhar dos alunos do ensino técnico sobre seu percurso de formação, a gestão da escola por eles escolhida para obterem algum tipo de formação profissional, bem como o que pensam dos professores.

Percurso de vida e trajetória escolar

Bem mais que o tempo que nós perdemos,
ficou pra trás também o que nos juntou
(Samuel Rosa/Nando Reis)

No estudo maior (Zibas, Martins, Bueno, 2007), o processo de aproximação da Unidade escolar foi constituído por um percurso de quatro visitas iniciais, o que permitiu conversar com a equipe de direção, conhecer e visitar todo o prédio e seu entorno, discutir o perfil dos cursos, dos professores e dos alunos, bem como visitar e conhecer o Centro de Memória ali instalado. Nas demais visitas, foi possível passar um questionário de entrevista para os alunos de metalurgia, segurança do trabalho e nutrição, bem como realizar todas as entrevistas de aprofundamento com professores, alunos, direção e dar continuidade às observações de campo. Vamos nos reportar neste artigo, apenas aos três alunos acompanhados durante e após o término do curso de Nutrição e Dietética.

Para Fernando^v, as expectativas de inserção no mercado de trabalho e conquistar uma profissão não estão vinculados ao término do curso técnico:

Quando eu entrei no técnico não foi pensando em trabalhar como técnico; vou começar a correr atrás dos caminhos, dos sonhos, não vou tentar entrar direto na faculdade. Foi o que eu fiz. Eu não prestei medicina direto porque eu não ia passar, eu tinha consciência disso, e hoje eu ainda não passaria em medicina; estou fazendo um curso na área de saúde; no final do ano eu pretendo prestar o vestibular, agora, também não vai ser para medicina, vai ser ou enfermagem, ou biomedicina, alguma coisa que eu possa estar dentro da área que não seja no mesmo caminho, mas que está ali, entrelaçado, é assim que eu penso fazer.

Observamos que o aluno, quando estava fazendo o curso técnico, tinha como meta alcançar seu grande sonho: fazer a faculdade de medicina. Para isso, diante das dificuldades encontradas, traçou um plano com vistas a atingir seu objetivo, vinculando a ele estratégias de formação que lhe

possibilitassem essa conquista. Na segunda entrevista, questionamos se permanecia com a mesma intenção e ele esclareceu:

A minha idéia continua a mesma. Eu fiz o curso, mas não para trabalhar na área, mais para ter um conhecimento até pessoal e para estar complementando um sonho meu, que era fazer uma universidade pública na área de saúde. Não foi o que aconteceu. Eu prestei, não passei, faltaram 4 pontos. Mas como estava trabalhando e fazendo cursinho, não tinha tempo, eu estava dedicando mais tempo ao trabalho do que ao estudo. Estava trabalhando em uma carga horária que era das 8 às 18h e estudava só de noite, ou seja, não sobrava tempo...

O momento vivido por Fernando retrata a situação de grande parte dos jovens na atualidade, tendo em vista os dados do relatório elaborado pela OIT em 2007. O documento assinala que, dos 106 milhões de jovens na América Latina e no Caribe, 48 milhões trabalham, e 13 milhões trabalham e estudam. Pelos dados do SAI-ETE 2005, da Etec Dona Escolástica Rosa, a Taxa Concluinte Curso – TCC (número obtido pela divisão do total de alunos matriculados no início do curso pelo número de concluintes) demonstrou que 56,6% dos alunos que iniciaram o curso conseguiram concluí-lo. Dentre os motivos apresentados por ter abandonado o curso, que representa 43,4% dos alunos, o mais constante foi a impossibilidade de compatibilizar as atividades de estudo e o trabalho.

Maura, na primeira entrevista, aponta suas expectativas de entrar no mercado de trabalho, traçando o seguinte plano:

Pretendo, assim que eu me formar, tiver meu relatório, o certificado, tudo certinho, procurar em vários locais, como indústrias e restaurantes; acredito que esteja crescendo a demanda mesmo que não seja grande; têm muitas pessoas que pensam: “poxa, eu vou sair daqui do curso e não vou encontrar nada?” A questão não é essa, a questão é tentar (...); gostaria de trabalhar na área de restaurantes.

A aluna tem expectativas positivas em relação ao futuro do mercado de trabalho, pontuando algumas transformações que, em sua opinião, deveriam ocorrer:

Mudaria muitas coisas; a primeira que eu poderia fazer seria dar mais chance aos empregadores, mais capital para os empregadores, ofereceria financiamento para eles estarem criando seus estabelecimentos e criando mais novos postos de trabalho, e incentivando também para que eles contratassem o pessoal jovem, para eles estarem ingressando no mercado de trabalho; é preciso criar novos postos de trabalho, mas dando preferência também para quem não têm experiência.

Em sua fala, demonstra a expectativa de que uma sociedade deve fazer o necessário para que os jovens tenham o máximo de opções e garantias de cidadania plena para se realizar como pessoa.

Acredita, porém, que a educação não pode ser responsabilizada pela inserção no mercado, tendo em vista que novos postos de trabalho e o aumento do número de empregos dependem muito mais do desenvolvimento econômico e das políticas de criação de novos empregos, perspectiva trabalhada por Manfredi (2002, p. 32), quando aponta: “as relações entre trabalho, escolaridade e profissionalização resultam de uma complexa rede de determinações, mediações e tensões entre as diferentes esferas da sociedade: econômica, social, política e cultural”. As expectativas e estratégias de ingresso no mercado de trabalho, para Luisa, são incertas:

Pretendo ingressar em nutrição, a gente tem que jogar nos dois times, procurar nos dois lados, mas entrando primeiro em nutrição eu prefiro (...) a primeira coisa que eu achar eu vou ter que pegar. Sem experiência, de começo, não dá pra escolher muito.

É importante observar que os três alunos mantinham a expectativa de inserção no mercado de trabalho por meio do curso técnico que estavam fazendo, embora tenham declarado que não pretendiam parar de estudar e se dedicar a uma profissão de nível técnico. Em suas trajetórias de formação, o curso técnico apresentava-se como uma ponte para alcançar o curso superior. Fernando, após o término do curso e na segunda entrevista, declara:

Eu estava trabalhando das 8 às 18; comecei a fazer cursinho pré-vestibular pra tentar prestar a Fuvest; era o local mais certo. Não era uma grande faculdade de saúde pública, mas acabei não passando e foi por pouco [...] eu nunca tive aquela oportunidade de fazer ou só cursinho ou só trabalhar, porque eu sempre tive que conciliar o trabalho e o cursinho, eu que tinha que pagar o meu cursinho, portanto não podia parar de trabalhar. Mas por um acaso do destino eu cismeiei de prestar a Fatec. O curso que eu prestei era um curso, a meu ver, arrojado, era uma coisa, assim, empreendedora; é o curso de Informática com ênfase em Gestão; é um curso que é totalmente fora dos meus caminhos, do que eu queria, mas eu acredito muito em coisa de destino, as oportunidades que são dadas pra gente, são dadas por algum motivo. Talvez possa ser que eu desista ao longo do curso, ou não, pode ser que eu não me encante e engrene, mas enquanto o sonho que eu tenho não vem, eu aproveito o que Deus está me dando...

A respeito da opção realizada esclarece:

É um curso que tem muito mercado de trabalho, e é um curso que oferece poucos profissionais, porque só tem uma turma, só tem de tarde, então é assim: forma mais ou menos 40 pessoas, por semestre, oitenta por ano; se você for ver isso em demanda é uma demanda baixa; hoje em dia, é uma área que está em expansão, uma área que está sempre em ascensão.

Fernando faz duras críticas às perspectivas de trabalho encontradas no Brasil para os jovens que estão nas mesmas condições econômicas que ele:

Tenho um amigo que fez o cursinho por dois anos e está fazendo Relações Exteriores ou Relações Internacionais, alguma coisa assim. Ele ganhou uma bolsa e está estudando Francês em um dos melhores cursos de Francês em São Paulo, agora, você acha que tem chance dele ficar desempregado? Entende? Vai ter muito mais chance do que qualquer um. Outro caso é de um amigo meu, que também tem dinheiro, também está fazendo USP e uma faculdade paga, particular. Ele está fazendo Comércio Exterior na USP e na outra Relações Internacionais; como tem dinheiro está fazendo duas faculdades, mas agora me diz: ele vai ficar desempregado? Agora, o filho do carrineiro, ou de uma outra pessoa que ganha bem menos, não vai poder pagar um cursinho para o filho, não vai poder teoricamente, investir no filho como queria, o filho não vai ter perspectiva, não vai ter formação. Eu acho que o investimento em educação é a base de tudo. Só que eu acho que isso é uma coisa que nossos governantes não pensam; ao contrário, pensam que não vamos investir nesse povo, porque esse povo não vale a pena, para eles é interessante manter o povo ignorante, para poder manter a mão-de-obra deles.

Após o término do curso, Maura chegou um pouco mais perto de seu objetivo. A aluna conseguiu entrar em uma faculdade no curso de Enfermagem e afirma: “com certeza o curso de Nutrição me ajudou bastante, porque através desse curso consegui emprego, através do emprego estou pagando a faculdade”. O que pesou por ter sido escolhida no seu atual emprego, no Hospital da Beneficência Portuguesa, foi o fato de ter o curso técnico. Maura complementa sua fala esclarecendo: “nesse emprego, comecei a comparar o que o enfermeiro faz e o que nutricionista faz, e me interessei mais pela Enfermagem. Enfermagem eu acredito que tem mais campo que nutrição aqui na Baixada”. Sua declaração nos remete aos mesmos fatores que influenciaram a escolha de Fernando, pois embora tenha permanecido na área de saúde, mudou sua opção profissional de ser uma Nutricionista, optando pelo curso de Enfermagem, tendo em vista a maior oferta de emprego.

Luisa afirma que quando terminou o curso não buscou nada na área, porque estava procurando um trabalho com horário mais flexível para poder continuar estudando. Conseguiu emprego como demonstradora de produtos em um supermercado e está fazendo o curso de Farmácia em nível técnico, agora, em uma escola técnica também pertencente ao CEETEPS no município de Praia Grande. Esclarece que não conseguiu entrar na faculdade de Nutrição, mesmo tendo participado do programa ProUni. Luisa não declarou explicitamente, mas deixou que percebêssemos, em sua fala, que a opção pelo curso técnico de Farmácia foi muito mais para não ficar sem estudar do que para ter uma nova profissão. Declara que continuará insistindo na intenção de cursar uma faculdade na área de saúde.

A aluna, como seus colegas, acredita que para a geração de novos empregos será necessário investimentos na economia: “para melhorar é preciso que os empresários tenham mais oportunidade de empregar pessoas”. Cita o caso de seu pai, que possui uma microempresa e só tem o irmão com

carteira assinada, apontando como dificuldade a legislação trabalhista que sobrecarrega o empresário com impostos.

Luisa considera que a dificuldade de prosseguir nos estudos e de conseguir um emprego se deve às deficiências na formação básica: “sem uma boa formação básica não dá para planejar, fica difícil”.

Em síntese, Fernando possui uma trajetória de formação escolar contínua, tendo estudado em “boas escolas” públicas como afirmou nas entrevistas. Ao final da educação básica, no momento que se identificava com uma profissão, a possibilidade de gratuidade no ensino se estreitou, acarretando mudança em sua trajetória de formação e de vida. O ensino técnico não foi a opção desejada, mas uma mudança no percurso para tentar alcançar sua meta. Embora tendo objetivos bem delineados para sua opção profissional, na impossibilidade de seguir a trajetória pretendida, viu-se obrigado a optar por uma carreira mais acessível, ou a que lhe foi apresentada, na tentativa de uma melhor inserção no mercado de trabalho, o que fez com que seus sonhos ficassem em segundo plano.

A trajetória escolar de Maura foi contínua, tendo realizado o ensino fundamental e médio em escolas públicas estaduais de São Vicente. Maura chegou um pouco mais perto de seu objetivo, pois afirmou que o curso de Nutrição ajudou bastante e por meio dele conseguiu emprego em um hospital da cidade, o que lhe possibilitou pagar a Faculdade de Enfermagem.

A trajetória escolar de Luisa, até o término da educação básica, foi contínua; cursou da primeira série do ensino fundamental até o terceiro ano do ensino médio na mesma escola estadual. A jovem conseguiu emprego como demonstradora de produtos em um supermercado, função que, segundo ela, não tem muito a ver com o curso de Nutrição. Luisa não declarou explicitamente, mas deixou que percebêssemos em suas fala que a opção pelo curso técnico de Farmácia foi muito mais para não ficar sem estudar do que para ter uma nova profissão. Continuará insistindo na intenção de cursar uma faculdade na área de saúde.

Em resumo, os três estudantes mantinham uma expectativa de inserção no mercado de trabalho por meio do curso técnico que estavam fazendo, embora tenham declarado que não pretendiam parar de estudar e se dedicar à profissão de nível técnico. O ensino técnico é visto pelos alunos entrevistados como uma ponte para alcançar a profissão desejada.

A gestão da escola e a formação técnica

As opiniões dos alunos sobre a gestão da escola convergem quando apontam o diretor com a atribuição principal de ser elemento integrador das diversas áreas da equipe de gestão e que esteja à

frente de toda organização escolar. O relacionamento entre o diretor, os alunos e professores se pauta por níveis razoáveis de liberdade. Todos os problemas são discutidos em grandes reuniões, não apenas pelos representantes de classes ou nos momentos mais formais de reunião do conselho de escola ou nas reuniões pedagógicas semanais com os coordenadores de área. Tivemos a oportunidade de assistir a uma dessas reuniões, que se assemelhava a uma grande assembléia geral. Discutia-se um problema ocorrido em uma das aulas práticas de um dos professores. Em nenhum momento direção e professores se viram confrontados, embora as reclamações explicitassem que, talvez, o professor não tenha agido coerentemente na situação relatada em sala de aula. A direção conseguiu contornar o problema, demonstrando habilidade ao não defender nenhuma das partes envolvidas e, ao mesmo tempo, ao fazer com que todos se sentissem atendidos em suas expectativas.

Muitos diretores e docentes, com certeza, se vêem frente a situações de conflitos semelhantes, e as enfrentam de formas diferentes, pois não há receituário ou livro didático para docentes e diretores orientando sobre o que fazer nesses confrontos. Dessa forma, as atividades que envolvem docência, direção e alunos são impregnadas da experiência individual e social. Na perspectiva de Tardiff, Lessard (2005), a experiência de pisar pela primeira vez numa escola ou numa sala de aula é única, mas ela tem valor de justificação e de confirmação. Na realidade, é uma experiência que remete à vivência, onde se misturam aspectos pessoais e profissionais, de descoberta de si no trabalho, de sentimento de controle sobre a situação vivenciada, etc. Em outras palavras, os alunos sabem que podem negociar com a direção e que suas expectativas serão, senão atendidas, pelo menos ouvidas e levadas em consideração, na medida do possível. No caso do conflito com o professor, por exemplo, ficou evidente que os alunos sabiam a margem de manobra que poderiam ter em relação ao estilo adotado na administração da escola, pois “diferentemente de outras atividades de trabalho na indústria ou nos serviços, o grupo de alunos não é uma equipe de colaboradores: ele constitui, para o professor (e para a direção da escola), ao mesmo tempo, o espaço de seu trabalho (...) e seu material” (TARDIFF, LESSARD, 2005, p. 69). Em outras palavras, os alunos constituem um grupo sobre o qual docentes e direção irão atuar e, ao mesmo tempo, com o qual irão interagir. Da mesma forma, os alunos interagem entre si, provocando projetos comuns ou tensões e conflitos.

Na opinião de Fernando:

Às vezes eu tenho a sensação de que falta um pouco de pedagogia (...), o professor, às vezes, não sabe lidar com algumas situações, não a ponto de ser grosso (...), é que ele não sabe lidar com aquele aluno petulante, ou aquele aluno que é inteligente, ou aquele que é esforçado, acho que é por aí.... É que tem aluno que confunde o fato do professor ser distante ou

próximo, por exemplo, às vezes o professor é próximo, mas assim a pessoa toma uma certa liberdade com o professor, e se o professor responde de outro jeito a pessoa já fica toda, ‘Oh ele foi grosso comigo’, eu acho que tem que ter essa distinção, mas não é todo aluno que entende assim.

E acrescenta:

Uma boa escola é uma escola que independente do tipo de ensino (se é técnico, se é superior), visa também o bem estar do aluno. O aluno não é como no emprego que todo mundo fala ‘deixa seus problemas em casa’, eu acho que dificilmente tem como fazer isso. Deixar os problemas em casa e você vir estudar com a cabeça boa.... então, uma boa escola fornece um aparato todo, social, psicológico que trabalhe com isso também. Às vezes, a criança, o jovem, tem um mal aproveitamento porque está com problemas em casa e o professor não sabe disso, ele só julga o aluno pelo que ele sabe, pelo que aprendeu ou não aprendeu e isso é complicado (...).

Com efeito, como sublinham Tardiff, Lessard (2005), transformar a obrigação de comparecimento à escola dos alunos, em interesse subjetivo, é um desafio constante e diário, pois ninguém pode forçar ninguém a aprender porque o processo de aprendizado exige a participação e a colaboração destes (ou não). Tendo em vista, portanto, que o objeto de trabalho de diretores e professores não constitui matéria inerte (como a matéria-prima de indústria), mas é constituído, antes, por sujeitos com vontade própria e ação independente, a imprevisibilidade permeia os processos de negociação em torno de conflitos pontuais. Nesse sentido, determinados conflitos (tais como o presenciado por nós na escola, na situação relatada), surgem nesse campo de interesses opostos, constituídos por sujeitos que ocupam posições diferentes no mesmo espaço físico e simbólico. Os níveis e graus de solução encontrados nessas situações, sempre dependerão das características que permeiam o relacionamento entre a equipe de gestão, professores e funcionários. Neste caso, o diretor encontrou saídas que não afrontavam a autoridade do professor cujo comportamento em sala de aula estava sendo questionado, e tampouco deixava os alunos sem que seus interesses fossem, pelo menos naquele momento, debatidos. Agendada nova reunião (esta, sim, se realizaria apenas com os representantes de classe), para elaboração de documento a ser assinado em conjunto, todos saíram satisfeitos e motivados para a nova rodada de discussões.

Dentre os alunos entrevistados, nenhum hesitou em responder que Marcos era “o bom diretor exigido numa escola”, quando perguntados sobre o que seria um bom diretor (pergunta aberta), indicativo confirmado pelo documento do SAI (2006). Apenas para exemplificar, nas palavras de Luisa:

Um bom diretor é aquele que consegue levar a escola em dia né?, ver se está em dia, tudo certo, cumprir tudo, é o Marcos.

Maura reitera a visão sobre o que é um bom diretor:

Ah é o Marcos. Aqui é um colégio público, a maioria das pessoas é adulta, na minha classe só tem uma menor de idade. Você encontra com ele na entrada, na saída, no intervalo, e quando a gente precisa de alguma, mesmo que seja dinheiro, ele ajuda.... impressão, às vezes a gente não consegue imprimir alguma coisa em casa, a gente dá pra ele, ele imprime. Ele está aqui pra orientar mas também ele ajuda para um monte de coisa, quando ele tem que elogiar, ele vai lá e elogia... Dizem que ele é rígido tal, mas o legal é que se a gente precisar dele, ele tá ali o tempo todo.

Quanto aos professores, as opiniões dos alunos podem ser expressas na colocação de Luisa: “ele tem que saber muito da matéria; aliás ele tem que saber passar a matéria, porque tem professor que sabe, mas não consegue desenvolver, não tem dinâmica na aula”. A jovem sintetiza o pensamento dos entrevistados quando aponta como condições para ser um bom professor o domínio do conteúdo de sua área de formação e o domínio pedagógico.

Os alunos afirmaram claramente que esperam dos professores e da equipe de gestão ser reconhecidos nas suas especificidades. Solicitam uma postura dos professores de ouvi-los nas atividades escolares em reconhecimento ao momento de transição em suas vidas, de construção de suas identidades, de projetos de vida, de construção de sua autonomia ao trilharem o percurso sinuoso que vem constituindo sua trajetória de vida e formação.

Considerações finais

Tanto no âmbito acadêmico, quanto na esfera governamental, várias propostas têm sido elaboradas na tentativa de apontar possíveis saídas do “campo de tensão” constituído, de um lado, pelas exigências prementes de inserção de jovens e adultos num mercado de trabalho cada vez mais enxuto e volátil. De outro, o que se discute, é a possibilidade de ofertar, ao mesmo tempo, uma formação sólida que permita aos alunos percorrer os caminhos da construção de conhecimentos historicamente produzidos e que o prepare para um mundo do trabalho que, cada vez mais, parece ostentar o enigma da esfinge: decifra-me ou te devoro.

Como discute Martins (2005), em mercados de trabalho heterogêneos, não é clara a articulação entre oferta e procura de trabalho, por vários fatores, particularmente em países periféricos ou semi-periféricos. Essa situação se agrava tendo em vista a ausência de “meios de sobrevivência para os indivíduos em desemprego (previdência, seguro desemprego ou outros), impedindo-os de exercerem a procura efetiva de trabalho sem a realização de qualquer atividade remunerada” (GALEAZZI, 2002, p. 70). A autora assinala que de qualquer forma, para o

trabalhador desempregado ou exercendo atividades precárias de trabalho, a qualificação inicial e/ou a possibilidade de buscar novas qualificações profissionais é questão, antes de tudo, de sobrevivência, pois este processo poderia representar a porta de (re) entrada num mercado de trabalho restritivo. Porém, o slogan fartamente veiculado “mais educação, maior possibilidade de emprego”, parece constituir uma equação difícil de ser resolvida e há polêmica em torno dessa bandeira.

Sem dúvida, o círculo vicioso eivado de paradoxos que perpassa as políticas educacionais precisa ser rompido em seu ponto central: o dos investimentos. Para Saviani (2007, p.6) “é necessário, pois tomar a decisão histórica de definir a educação como prioridade social e política número 1, passando a investir imediata e fortemente na construção e consolidação de um amplo sistema nacional de educação”. Tal sistema contemplaria uma educação profissional integrada ao sistema regular de ensino público, ampliando os recursos orçamentários especificamente destinados a essa modalidade de ensino. No cenário contemporâneo, a política social tem sido vista sob o crivo custo-benefício, pois, segundo o autor (2007, p.5), “os direitos sociais conquistados a duras penas pelo povo brasileiro hoje são classificados como ‘custo Brasil’”.

Profissionalizar-se, para parte da população jovem, surge como sinônimo de progredir e historicamente, um povo não alcança o progresso se o ensino ofertado não tiver qualidade, entretanto, como assinala Nóvoa (1998, p.20), cometemos “um erro fundamental, o de supor que as nações são grandes porque sua escola é boa: certamente que não há grandes nações sem boas escolas, mas o mesmo deve dizer-se da sua política, da sua economia, da sua justiça, da sua saúde”.

Aos antigos contingentes populacionais considerados classicamente inadaptados sociais (doentes mentais, inválidos, acidentados por serviço), somam-se, agora, trabalhadores cujas ocupações desapareceram, atingidos pela precariedade do trabalho, vastos segmentos de mão-de-obra sem qualificação específica ou em busca de novas qualificações, aspirantes ao primeiro emprego e os que acreditam que, com novos cursos e novas qualificações, possam reingressar no mercado de trabalho ou progredir em alguma carreira, mesmo que não seja considerada a ideal, aquela que a sociedade valoriza.

Entre o desemprego e o emprego formal, ainda, são vários os fatores que pesam na situação dos fragilizados, pois embora encontrem, eventualmente, colocações temporárias, atividades autônomas, etc., “as dificuldades econômicas desse grupo referem-se, na maioria das vezes, aos status jurídicos inferiorizados – ao desemprego, evidentemente, mas também, às situações intermediárias entre o emprego e o desemprego: ao trabalho temporário ou de meio período, aos contratos por tempo determinado, aos estágios e cursos profissionalizantes alternados, aos bicos, aos acordos de aposentadoria antecipada, etc” (PAUGAM, 2003, p. 64). Em suma, a irregularidade

da atividade econômica gera segmentos de fragilizados, estudados sob a ótica da sociologia como aqueles que são mais atingidos em sociedades cuja exigência de status atingem níveis altos de expectativas e de consumo, o que desencadeia estados de angústia.

Com base na pesquisa realizada, pode-se afirmar que as experiências profissionais não ocorreram em função de escolhas ou de estratégias em suas trajetórias de vida (isto implicaria numa racionalidade que não existe), mas sim, foram as únicas chances oferecidas por um mercado de trabalho que muda velozmente, particularmente no que diz respeito à qualificação exigida para novas funções e/ou postos de trabalho. Entretanto, mesmo concordando com as críticas feitas às formas economicistas que têm permeado o ensino técnico, acreditamos que os cursos ministrados pela unidade em pauta vêm atendendo à expectativa de profissionalização dos jovens.

Nesse sentido, este estudo partiu do pressuposto que o espaço escolar é, em última instância, o resultado da mediação possível entre as diretrizes de governo, as circunstâncias do mercado de trabalho e da organização da economia, e os acasos arquitetados por um cotidiano de difícil apreensão. Os jovens, com o claro objetivo de ter uma profissão com carteira assinada, aprovam a gestão da escola e o ensino técnico que fizeram, mas reivindicam, com justa razão, políticas públicas integradas de geração de emprego e renda com sólida formação profissional que possibilitem a construção de etapas de vida (e de narrativas individuais) dignas.

Porém, aos professores e às equipes de gestão das escolas técnicas resta trabalhar com uma das questões centrais que emerge no contexto atual de retração do Estado social: a perda da centralidade do trabalho assalariado, com a devida cobertura social, como elemento estruturante de relações sociais definidas cotidianamente. Nesse sentido, a situação de vulnerabilidade em que se encontram vastos segmentos sociais faz com que a procura por novas qualificações técnicas, ocorra num contexto de (re) instauração do individualismo negativo, pois o que está em jogo, atualmente, são as “dificuldades e os riscos de existir como indivíduo” (CASTEL, 1998, p. 596).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, José Eduardo. Grandes beneméritos de Santos. **A Tribuna**. Santos, 1º de novembro de 2003. Texto sobre João Otávio. Edição especial/comemorativa dos 460 anos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos. Disponível <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0250d6.htm>>. Acesso em: 30 out. 2005.
- BRASIL. **Educação profissional de nível médio no censo escolar**. Brasília: Inep, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/>> Acesso em: 25 set. 2007.

- _____. Leis, decretos etc. Decreto n. 2.208, de 17/04/97. Regulamenta o § 2º do artigo 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: legislação e normas básicas para sua implantação. São Paulo: SE/CENP, 2001. p. 163-165.
- _____. **Decreto n. 5.154/04**. Estabelece as Diretrizes para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2004a. (Revoga o Decreto Federal n. 2.208/97)
- _____. **Decreto n. 5.159/04**. Institui a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2004b.
- CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CETEC). SAI/ETE. **Sistema de avaliação institucional**: 8º relatório de avaliação. Etec Dona Escolástica Rosa. Pesquisa SAI/ETE, 2006.
- BUENO, Maria Sylvia Simões. Formação docente para a educação técnica e profissional de nível médio. In: PARDAL, Luís et al. **Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal**: raízes históricas e panorama atual. Programa de Estudos Pós-graduados em Educação – PUC/SP (org.) Campinas: Autores Associados, 2005, p.137-151.
- CASTRO, Cláudio de Moura. Há novos rumos para a educação no Brasil. In: VELLOSO, J. P. R.; ALBUQUERQUE, R. C. de (org.). **Novo modelo de educação para o Brasil**. Rio de Janeiro, 2004, p.108-120.
- FERRETTI, Celso João. Mudanças em sistemas estaduais de ensino ante as reformas no ensino médio e no ensino técnico. In: PARDAL, Luís et al. **Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal**: raízes históricas e panorama atual. Programa de Estudos Pós-graduados em Educação – PUC/SP (org.) Campinas: Autores Associados, 2005, p.153-176.
- FRANCO, Maria Ciavatta. Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectiva de final de século. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 100-137
- FRANZOI, Naira Lisboa. **Entre a formação e o trabalho**: trajetórias e identidades profissionais. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- GOMES, Dulcinéia de Oliveira. **O Instituto Escolástica Rosa**: formando o mundo dos trabalhadores em Santos. São Paulo, 2001. Dissertação (mestr.) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- HOLZMANN, Lorena; PICCININI, Valmiria. Flexibilização. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- MARTINS, Angela Maria. A Gestão de uma escola técnica: desafios pedagógicos. In: PARDAL, Luís et al. **Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal**: raízes históricas e panorama atual. Programa de Estudos Pós-graduados em Educação – PUC/SP (org.) Campinas: Autores Associados, 2005, p.111-135.
- _____. Aspectos organizacionais e dinâmicos na gestão de escolas: dilemas e conflitos. **ANPAE/Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.24, n.1, p:135-152, 2008.
- NÓVOA, António. Relação escola–sociedade: novas respostas para um velho problema. In: VOLPATO, R. et al. **Formação de professores**. São Paulo: Edunesp, 1998. p. 19-39.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Trabalho decente e juventude**. América Latina – Resumo Executivo. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/>>. Acesso em: 2 out. 2007.
- POCHMANN, Marcio. As Perspectivas do trabalho na economia moderna. In: DOWBOR, Ladislau et al. (orgs.) **Desafios do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 17-24.

_____. **Desemprego juvenil cresce mais no sudeste.** 2007b. Disponível em: <<http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/coordenadorias/juventude/2007>> Acesso em: 3 set. 2007.

_____. **Globalização e desemprego: breve balanço da inserção brasileira.** 2007a. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org>> Acesso em: 8 set. 2007.

RUIZ, Antonio Ibañez. A Política de educação média e tecnológica. In: VELOSO, J. P. R.; ALBUQUERQUE, R. C. (org.). **Novo modelo de educação para o Brasil.** Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 2004, p.71-90.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Caxambu, 17 de outubro de 2006. [Apresentado em: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29] (GT – Trabalho e Educação)

_____. **Da Nova LDB ao Fundeb: por uma outra política educacional.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SAINSAULIEU, Renauld. **A Identidade no trabalho ontem e hoje: contemporaneidade e educação.** Rio de Janeiro, v. 7, n. 9, p. 56-73, 1º sem. 2001.

STEIN, Stanley Junior. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil: 1850/1950.** Rio de Janeiro: Editora Campos, 1979.

TARDIF, M, LESSARD, C. **O trabalho docente – elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

ZIBAS, Dagmar, MARTINS, Ângela Maria, BUENO, Maria Sílvia Simões. **Educação profissional de nível técnico: construção de um novo perfil?** FAPESP/Fundação Carlos Chagas. Relatório Final de Pesquisa, 2007.

ⁱ Trata-se da pesquisa “Educação profissional de nível técnico: construção de um novo perfil?”, tendo como pesquisadoras as Prof.ªs Dr.ªs Ângela Maria Martins, Dagmar Zibas e Maria Sílvia Simões Bueno. Nesse trabalho buscou-se: analisar os documentos e a legislação que vem orientando a formação profissional de nível médio desde o início dos anos 1990 até o presente momento político, no intuito de traçar uma linha histórica e sistematizar esse conjunto normativo, por períodos; analisar a proposta recentemente elaborada para formação docente, inicial e continuada, para a área; analisar os processos de apropriação que os sujeitos e as instituições escolares desenvolvem com respeito às diretrizes, programas e/ou projetos elaborados pelos órgãos centrais e intermediários para a educação tecnológica de nível médio.

ⁱⁱ Dado obtido nas respostas do questionário aplicado aos alunos dos cursos de Metalurgia, Nutrição e Dietética e Segurança do Trabalho.

ⁱⁱⁱ O Conselheiro Nébias nasceu em Santos a 01/06/1811. Ocupou os cargos de Juiz Municipal de Santos, Deputado Provincial reeleito em sucessivas legislaturas, Presidente da Assembléia Provincial de São Paulo, Juiz de Direito de Paranaguá, Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Presidente da Província de São Paulo, Senador do Império, Ministro da Justiça e Conselheiro Imperial de D. Pedro II. (RODRIGUES, 1980, apud GOMES, 2001, p.31).

^{iv} Julio Conceição elaborou o primeiro regulamento da escola, segundo o qual ela deveria ser organizada, construída e mantida exclusivamente com renda do seu patrimônio, com a finalidade de dar educação gratuita, moral, cívica e profissional a meninos pobres, sem distinção de nacionalidade, de preferência órfão, em regime de internato, fixado inicialmente em 50 o número de educandos (ver História e Lendas de Santos – Ensino. Disponível em: www.novomilenio.inf.br).

^v Os nomes citados nas entrevistas são fictícios.